

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 154 - MAIO DE 2022

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	3
Decretos.....	4

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	5
Pareceres.....	8

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Alisson de Bom de Souza
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 18.358

5 DE ABRIL DE 2022

Institui o Selo Empresa Amiga da Saúde da Criança. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.359

5 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre o dever das operadoras de planos de saúde de informarem ao usuário/consumidor, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventuais descredenciamentos, de suas redes de profissionais e pessoas jurídicas, prestadores de serviço de atenção à saúde, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.360

5 DE ABRIL DE 2022

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para o fim de incluir vedação à realização de tatuagens e/ou a colocação de piercings em animais, com finalidade estética, no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.361

5 DE ABRIL DE 2022

Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina”, para o fim de instituir o Dia

Estadual do Peixe. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.362

18 DE ABRIL DE 2022

Denomina Emília de Oliveira o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Marcus Rauh, no Município de Indaial. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 18.363

18 DE ABRIL DE 2022

Denomina Ginásio de Esportes Professora Ivone Savi Pessetti, o ginásio da Escola de Educação Básica de Timbé do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS

DECRETO Nº 1.837

31 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.838

31 DE MARÇO DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.841

1º DE ABRIL DE 2022

Declara de interesse da administração prisional ou da execução penal os cargos ou as funções ocupadas por policiais penais nos órgãos da Administração Pública Federal e Estadual que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.842

2 DE ABRIL DE 2022

Decreta Luto Oficial. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.843

4 DE ABRIL DE 2022

Institui a Comissão Especial de Gestão de Transferências Voluntárias no âmbito da Casa Civil e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.844

4 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 1.322, de 2017, que estabelece normas relativas ao regime de adiantamento no âmbito do Poder Executivo e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.845

4 DE ABRIL DE 2022

Introduz as Alterações 4.468 a 4.480 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.847

5 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a Lei nº 18.166, de 2021, que institui o procedimento de notificação compulsória de obra pública ou de serviços de engenharia paralisadas no Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.848

6 DE ABRIL DE 2022

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.849

6 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a atuação da Central Estratégica de Compras Públicas, vinculada à Diretoria de Gestão de Licitação e Contratos da Secretaria de Estado da Administração. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.850

6 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a Lei nº 18.338, de 2022, que institui a Bolsa-Estudante para os alunos regularmente matriculados no ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.851

6 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a Lei nº 18.308, de 2021, que institui o programa de distribuição gratuita de absorventes higiênicos para as estudantes de baixa

renda em ciclo menstrual matriculadas na rede pública estadual de ensino. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.852

8 DE ABRIL DE 2022

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.513, de 2021, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, bens imóveis no Município de Taió. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.853

8 DE ABRIL DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.856

11 DE ABRIL DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.857

11 DE ABRIL DE 2022

Introduz as Alterações 4.484 a 4.493 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.859

13 DE ABRIL DE 2022

Altera o Anexo I do Decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS), e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.860

13 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a delegação de competências

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS

aos titulares de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo para a prática de atos relacionados à gestão de pessoas e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.861 13 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.863 19 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios sem paridade mantidos pelo Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.864 19 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.867 20 DE ABRIL DE 2022

Acresce o art. 96-A ao Decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS), e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.868 20 DE ABRIL DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.869 23 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta o § 2º do art. 13 da Lei nº 6.843, de 1986, o qual dispõe sobre a atividade jurídica ou policial exigida para o concurso público de Delegado de Polícia Substituto. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.870 23 DE ABRIL DE 2022

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constante das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.871 23 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 1.845, de 2022, que introduz as Alterações 4.468 a 4.480 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.872 23 DE ABRIL DE 2022

Introduz a Alteração 4.494 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.876 26 DE ABRIL DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.877 26 DE ABRIL DE 2022

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.878 26 DE ABRIL DE 2022

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.879 26 DE ABRIL DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.880 26 DE ABRIL DE 2022

Introduz a Alteração 4.483 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.881 26 DE ABRIL DE 2022

Introduz a Alterações 4.481 e 4.482 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.885 28 DE ABRIL DE 2022

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2022 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 14.322 6 DE ABRIL DE 2022

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas), para excluir a possibilidade de restituição ao lesado do veículo usado para transporte de droga ilícita e para permitir a alienação ou o uso público do veículo independentemente da habitualidade da prática criminosa. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.323 12 DE ABRIL DE 2022

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.324 12 DE ABRIL DE 2022

Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.325 12 DE ABRIL DE 2022

Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para dispor sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos oriundos dos fundos e da complementação da União ao Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), previstos na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 2007-2020 e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.326 12 DE ABRIL DE 2022

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar à mulher presa gestante ou puerpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.327 13 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre

a responsabilidade em caso de seu descumprimento. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.328 20 DE ABRIL DE 2022

Institui o mês de julho como Mês Nacional do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 11.028 1º DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a oferta pública secundária de ações no processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.029 1º DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a concessão de rebate nas operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, cujos empreendimentos tenham sido prejudicados por seca ou estiagem em Municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.030 1º DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020, para dispor sobre a regularização de operações e o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.031 4 DE ABRIL DE 2022

Promulga as Emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos adotadas pela Organização Marítima Internacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.032 4 DE ABRIL DE 2022

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, firmado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.033 4 DE ABRIL DE 2022

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, firmado em Moroni, em 21 de novembro de 2011. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.034 5 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.035 6 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, para dispor sobre a exigência de treinamento técnico para a concessão de porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.036 7 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, o Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Previdência provisórios, dispõe sobre a estrutura temporária de unidades do Ministério do Trabalho e Previdência, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.037 7 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.038 8 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, que dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.039 11 DE ABRIL DE 2022

Promulga as Emendas à Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos e ao Código de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.040 12 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, para dispor sobre o envase de agrotóxicos e afins. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.041 12 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor hidroagrícola e de irrigação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.042 12 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta o § 1º do art. 1º e os art. 20 e art. 21 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre as condições para a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos termelétricos a partir de gás natural e de empreendimentos hidrelétricos até cinquenta

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

megawatts. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.043

13 DE ABRIL DE 2022

Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.044

13 DE ABRIL DE 2022

Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem - Recicla+. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.045

13 DE ABRIL DE 2022

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.046

13 DE ABRIL DE 2022

Autoriza o aumento do capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.047

14 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.048

18 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.049

20 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 10.499, de 28 de setembro

de 2020, que remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS para o Ministério da Economia e transforma funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.050

26 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.051

26 DE ABRIL DE 2022

Regulamenta o art. 24-D da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, para a realização de estudos e a execução de plano de desestatização de ativos imobiliários da União. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.052

28 DE ABRIL DE 2022

Altera as Tabelas de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovadas pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.053

28 DE ABRIL DE 2022

Prorroga o prazo de inventariança da extinta empresa binacional Alcântara Cyclone Space e altera o Decreto nº 9.581, de 23 de novembro de

2018, para prorrogar o remanejamento temporário dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados a compor a inventariança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.054

28 DE ABRIL DE 2022

Altera o Decreto nº 10.774, de 23 de agosto de 2021, que convoca a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.055

28 DE ABRIL DE 2022

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.056

29 DE ABRIL DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.057

29 DE ABRIL DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 69/2022

31.03.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelos incisos I e XXI do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e art. 2º do Decreto nº 1.682, de 19 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Carolina Ferreira Haide Pacheco, matrícula nº 950837-6-01, para o exercício da Função de Chefia - Assistente, nível FC-2, da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de

sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 70/2022

31.03.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e pelo inciso I do § 2º do art. 106 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e conforme o disposto nos artigos 6º e 7º

do Decreto nº 1.794, de 12 de março de 2022; CONSIDERANDO o término do estado de calamidade pública em todo o território estadual para fins de enfrentamento da COVID-19 em 31 de março de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de se estipular prazo adequado para o retorno integral do trabalho presencial dos servidores que prestam apoio jurídico e contábil às atividades finalísticas da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); CONSIDERANDO o excelente trabalho prestado pela PGE durante o período de enfrentamento da COVID-19 e a conveniência de se analisar

PORTARIAS

os resultados obtidos com o trabalho remoto e híbrido realizado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o retorno do trabalho presencial, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para todos os servidores, estágiários, terceirizados e demais colaboradores, a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 2º A Diretoria de Administração da PGE, em conjunto com as chefias dos órgãos de execução, deverá apresentar ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado relatório com a análise dos resultados obtidos com o trabalho remoto e híbrido na Procuradoria.

Parágrafo único. O relatório de que trata o caput poderá propor a regulamentação da matéria no âmbito da PGE, nos casos em que se mostrar vantajoso ao serviço.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GAB/PGE Nº 063/2021, de 24.07.2021.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 71/2022

31.03.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Instrução Normativa SEA nº 11/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para atuarem como Fiscais de Contrato, na qualidade de titulares e suplentes, em substituição aos designados na Portaria GAB/PGE 059, de 13/7/2021, e nos Contratos nº 014/2021 e nº 022/2021:

Contrato	Processo	Fiscal Titular	Fiscal Suplente
012/2018	PGE 1122/2018	Dione Andrea Follmann matrícula 0958211-8-01	Auro Saturno Madureira matrícula 0257234-6-01
008/2020	PGE 1255/2020	Dione Andrea Follmann matrícula 0958211-8-01	Auro Saturno Madureira matrícula 0257234-6-01
014/2021	PGE 2725/2021	Adriano Grams matrícula 950193-2-01	André Bastos matrícula 0956119-6-01
022/2021	PGE 5332/2021	Auro Saturno Madureira matrícula 0257234-6-01	Adriano Grams matrícula 950193-2-01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 72/2022

04.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 10 da Portaria GAB/PGE 024/20, de 31 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar o Procurador do Estado Ricardo Della Giustina, matrícula nº 378609-9-01, da função de Coordenador do Núcleo dos Tribunais (NUTRI) da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Designar o Procurador do Estado Felipe Wildi Varela, matrícula nº 385832-4-01, para a função de Coordenador do Núcleo dos Tribunais (NUTRI) da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 4 de abril de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 73/2022

12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor DANIEL ROSA CORREIA, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0358135-7-03, para atuar no Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 74/2022

12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JEAN CARLOS ROVARIS, ocupante do cargo de Advogado Autár-

quico, matrícula 0961874-0-01, para atuar na Fundação Catarinense de Cultura (FCC), na Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR), e na Fundação Escola de Governo (ENA), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 75/2022

12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FELIPE CARLOS DOS RIOS, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0971449-9-01, para atuar na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 76/2022

12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JULIANA CASSANELLI MACHADO, ocupante do cargo de Advogada Autárquica, matrícula 0960293-3-02, para atuar no Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC), e na Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designa-

PORTARIAS

ções anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 77/2022
12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JOÃO PAULO RODRIGUES JUNIOR, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0959569-4-03, para atuar na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 78/2022
12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora KAREN SIMÕES FERREIRA STUCHI, ocupante do cargo de Advogada Autárquica, matrícula 0971455-3-01, para atuar no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 79/2022
12.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MARKIAN KALINOSKI, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0653854-1-01, para atuar no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 80/2022
13.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelos incisos I, II e III do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e considerando o disposto no art. 132 da Constituição Federal, bem como no art. 35-A da Lei Complementar nº 317, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer as atribuições constitucionais de representação judicial e consultoria jurídica na Procuradoria Jurídica do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), órgão com vinculação técnica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), os seguintes Procuradores do Estado:

I - Artur Leandro Veloso de Souza; e

II - Carlos Renê Magalhães Mascarenhas.

Parágrafo único. Os Procuradores do Estado ficam subordinados administrativamente à Procuradoria do Contencioso, sem prejuízo da vinculação técnica aos órgãos de execução central finalística.

Art. 2º O critério de distribuição interna de atribuições entre os Procuradores do Estado designados nos termos dos incisos do caput do art. 1º desta Portaria será definido em acordo pelas Chefias da Procuradoria do Contencioso e da Consultoria Jurídica da PGE.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA CORREG/PGE Nº 81/2022
13.04.2022

O CORREGEDOR-GERAL/PGE, no uso de sua competência conferida pelo art. 12, inciso I e Parágrafo único, da Lei Complementar 317, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa instaurada pela Portaria CORREG/PGE

49/2022, de 12/02/2022, publicada no DOE nº 21.714, de 18/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31/03/2022.

LORENO WEISSHEIMER
Corregedor-Geral/PGE

PORTARIA GAB/PGE Nº 82/2022
20.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 3º da Portaria GAB/PGE 039/20, de 29 junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado Fernanda Donadel da Silva para a função de Coordenadora do Núcleo de Ações Fiscais Estratégicas (NAFE) da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 9 de maio de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 83/2022
20.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelos incisos I e XXI do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo art. 2º do Decreto nº 1.682, de 19 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Simone Neves Ortiga, matrícula nº 0294864-8-01, para o exercício da Função de Chefia - Assistente, nível FC-2, da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 84/2022
27.04.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento na manifestação apresentada pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria GAB/PGE 029/21, publicada em 05/05/2021, resolve PRORROGAR, por 60 (sessenta dias), o prazo para a conclusão dos trabalhos de que trata o processo PGE 2747/2021, com efeitos a contar de 01/05/2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER Nº 121/2022

Referência: PGE 1390/2022.

Assunto: Participação de Procurador do Estado em evento de capacitação. Contratação direta da instituição promotora do evento.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Administrativo. Licitação. Contratação direta. Evento de capacitação. Solicitação de participação de Procurador do Estado no curso on-line “Formação Profissional de Mediadores”. Singularidade do objeto e profissionais de notória especialização. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de Licitação. Art. 25, caput, e inciso II, e art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993. Regularidade da contratação direta.

PARECER Nº 123/2022

Referência: PGE 1155/2022.

Assunto: Renovação de assinaturas dos periódicos “Revista Síntese de Direito Administrativo” e “Revista Síntese de Direito Civil e Processual”.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessada: Editora IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Ementa: Direito Administrativo. Renovação de assinatura dos periódicos “Revista Síntese de Direito Administrativo” e “Revista Síntese de Direito Civil e Processual”. Fornecedor exclusivo. Inviabilidade de Competição. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, caput, e inciso I da Lei nº 8.666/1993. Regularidade da prorrogação contratual. Viabilidade jurídica.

PARECER Nº 132/2021

Referência: PMSC 36695/2016

Assunto: Averbação de tempo de serviço.

Origem: Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC)

Interessado: Jonas Wondracek

Autor: Evandro Régis Eckel

Policia Militar com menos de 10 (dez) anos de efetivo serviço. Transferência para a inatividade. Averbação de tempo de serviço público e/ou privado. Sistema de Proteção Social. EC 103/2019 e Lei federal n. 13.954/2019. Inaplicabilidade, aos militares estaduais, da restrição constante do Decreto Estadual n. 1.905/2000. Omissão legislativa estadual. Contagem de tempo de contribuição ao RGPS e/ou a RPPS. Direito assegurado aos policiais militares e bombeiros militares pelo art. 201, § 9º-A, da CRFB, incluído pela EC 103/2019, e pelo art. 24-J do Decreto-Lei n. 667/1969, na redação dada pela Lei federal n. 13.954/2019. Autoaplicabilidade do direito à contagem recíproca. Jurisprudência. STF. Tema 522 da Repercussão Geral. Decreto n. 1.905/2000. Procedimento de averbação.

PARECER Nº 134/2022

Referência: SJC 9596/2020

Assunto: Manutenção e ressarcimento de rubricas remuneratórias

Origem: Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)

Autora: Fernanda Donadel da Silva

Ementa: Direito Administrativo. Vantagens pessoais. Rubricas 01-0442 (art. 65 da LC nº 472/2009), 01-0556 (art. 31 da LC nº 254/2003) e 01-0501-VP-HE-SSP (art. 31 da LC nº 254/2003). Absorção integral por incrementos remuneratórios supervenientes. Razões de decidir do Parecer nº 295/2019-PGE. Insustentabilidade do pagamento. Autotutela. Súmulas 346 e 473 do STF. Restituição de valores recebidos indevidamente. Precedentes. Parecer nº 399/2021-PGE. Erro operacional da Administração. Tema 1009 do STJ. Sujeição à devolução caso não comprovada pelo servidor a boa-fé objetiva e a demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido. Necessidade de instauração de processo administrativo prévio com garantia de contraditório.

PARECER Nº 135/2022

Referência: SCC 6532/2022

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei nº 286/2020.

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Evandro Régis Eckel

Ementa: Autógrafo. Projeto de Lei nº 286.7/2020, que “Dispõe sobre a aplicação de multa, após o trânsito em julgado, para as pessoas que forem condenadas pelo crime de pedofilia no Estado de Santa Catarina”. Competência legislativa privativa da União. CRFB, art. 22, I. Inconstitucionalidade formal.

PARECER Nº 136/2022

Referência: SCC 6222/2022

Assunto: Pedido de diligência ao projeto de lei nº 0196.6/2020.

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autora: Leticia Arantes Silva

Ementa: Pedido de diligência ao projeto de lei nº 0196.6/2020, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a proibição dos estabelecimentos comerciais fixarem valor mínimo de compra como condição para o pagamento de despesas com cartão de crédito e débito no Estado de Santa Catarina”. Constitucionalidade formal orgânica. Competência concorrente do Estado para legislar com a União sobre consumo (art. 24, V e VIII, da CF/88 e art. 10, V e VIII, da CE/SC). Consti-

tucionalidade formal subjetiva. Ausência de violação ao princípio da separação dos poderes e à iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, CF/88 e art. 50, § 2º, da CE/SC). Repercussão Geral. Tema 917. Obrigação criada ao Poder Executivo que se insere dentro das atribuições previstas no âmbito do PROCON/SC. Constitucionalidade material. Defesa do consumidor como princípio constitucional da atividade econômica (art. 170, V, da CF/88). Dever do Estado relativo à defesa do consumidor (art. 150 da CE/SC). Proposta legislativa em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, que veda práticas abusivas (art. 39, I e IX). Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER Nº 138/2022

Referência: IPREV 437/2021

Assunto: Análise jurídica de defesa apresentada por servidor aposentado em processo visando a reposição ao erário

Origem: Diretoria de Administração e Finanças (DIAF)

Autora: Helena Schuelter Borguesan

Ementa: Direito Administrativo. Restituição ao erário. Servidor aposentado da Secretaria de Estado da Fazenda. Pagamento indevido de verba denominada “Incorporação de Cargo Efetivo”. Mandado de Segurança nº 9002587-43.1993.8.24.0000. Verba instituída por força de medida liminar. Decisão judicial precária. Segurança denegada. Manutenção dos pagamentos. Erro operacional da Administração. Tema 1009 do STJ. Defesa administrativa. Alegação de recebimento de boa-fé, coisa julgada e decadência administrativa. Não ocorrência. Reposição ao erário devida. Jurisprudência do STF e do STJ. Prescrição quinquenal. Parcial ocorrência. Encaminhamento dos autos à PGE

PARECER Nº 142/2022

Referência: PGE 3493/2020.

Assunto: Despesa de Exercícios Anteriores - Revisão de pagamento de ajuda de custo.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessada: Vanessa Weirich.

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Ementa: Despesa de Exercícios Anteriores. Análise acerca da possibilidade de efetivar o pagamento de valores retroativos devidos à Procuradora do Estado. Parcela indenizatória - Ajuda de custo. Complementação da base de cálculo do valor devido. Requisitos verificados. Remessa à autoridade competente para apreciação e concessão de eventual autorização.

PARECER Nº 147/2022

Referência: SCC 6534/2022.

Assunto: Autógrafos de Projeto de Lei. Projeto

PARECERES

de Lei nº 0143/2021, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina”.

Origem: Casa Civil (CC).

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Ementa: Autógrafo. Projeto de Lei nº 0143/2021 que “Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina” Competência concorrente dos entes federados para legislar sobre proteção e defesa à saúde e proteção à infância e à juventude (art. 24, XII e XV, da CRFB; art. 10, XII e XV, da CESC). Iniciativa Parlamentar. Princípio da Separação dos Poderes. Inexistência de violação à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, §1º c/c art. 84, VI, da CRFB; art. 50, §2º c/c art. 71, IV, da CESC). Princípio da Simetria. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER Nº 148/2022

Referência: SCC 6417/2022

Assunto: Pedido de Diligência ao Projeto de Lei n. 0038.4/2022.

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Ementa: Pedido de diligência. Projeto de Lei nº 0038.4/2022, que “Altera a Lei nº 12.854 de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no sentido de estabelecer a adoção de medidas preventivas para reduzir acidentes com animais silvestres em rodovias estaduais.”. Competência legislativa concorrente para legislar sobre fauna e proteção do meio ambiente (art. 24, VI da CRFB e art. 10, VI, da CE/SC). Competência administrativa comum dos entes federados para proteger o meio ambiente (arts. 225 e 23, VI, da CRFB e arts. 182 e 9º, VI, da CE/SC). Competência administrativa dos entes federados para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito (art. 23, XII, CRFB e art. 9º, XII, CE/SC). Iniciativa parlamentar. Criação de atribuições a órgãos integrantes do Poder Executivo (Art. 61, § 1º, II, “e”, CRFB, e art. 50, § 2º, VI CE/SC). Ofensa à iniciativa privativa do Governador do Estado para exercer a direção superior da administração estadual. (art. 71, incisos I e IV, “a”, CE/SC). Vício de inconstitucionalidade formal subjetivo. Interferência em campo constitucionalmente reservado ao Poder Executivo. Violação da Reser-

va da Administração. Ofensa à Separação dos Poderes (art. 32, CE/SC). Inconstitucionalidade material.

PARECER Nº 149/2022

Referência: SCC 5061/2022

Assunto: Termo aditivo para substituição de taxa de juros em contrato de empréstimo

Origem: Casa Civil

Autora: Helena Schuelter Borguesan

Ementa: Direito Econômico e Financeiro. Contrato de Empréstimo entre a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Estado de Santa Catarina. Financiamento parcial do Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC). Termo aditivo. Substituição da taxa de juros. Descontinuidade da London Interbank Offered Rate (LIBOR). Compromisso do mutuante de manutenção da relação preexistente entre os custos da tomada do empréstimo e a taxa de remuneração. Autorização para substituição prevista no art. 29 da Lei Complementar Federal nº 178, de 2021, e nos arts. 2º e 3º da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021. Pareceres nº 628/2021-PGE e 629/2021-PGE. Ausência de óbices jurídicos ao prosseguimento da minuta.

PARECER Nº 150/2022

Referência: PGE 899/2022.

Assunto: Prorrogação de prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 065/2017.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessado: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Ementa: Aditivo de prorrogação por tempo indeterminado de Termo de Cooperação Técnica. Convênio de natureza não financeira. Ausência de transferência de recursos de um partícipe para outro. Regramento do art. 116 da Lei nº 8.666/1993. Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Possibilidade de celebração da avença.